

Rui Ramos

D. CARLOS

1863-1908

Sumário

Introdução: uma vida política	11
Capítulo 1 — «O rei incompreendido»	15
Um rei trágico?	16
Um «estranho para o seu país»	22
Lenda negra e hagiografia: duas faces da mesma moeda	27
A tradição da monarquia constitucional	32
Capítulo 2 — «Um perfeito príncipe» (1863-1889)	37
Receios e esperanças	38
Uma família pequena e cosmopolita	41
Rituais de intimidade	43
«Um menino de redoma»	46
Uma instrução liberal	52
O príncipe real	56
O casamento	63
Vida de casado	67
A aclamação	70
Capítulo 3 — «D. Carlos, o último»? (1889-1891)	72
«Um <i>Homem</i> , ou simplesmente um <i>Cetro</i> ?»	73
À espera da catástrofe	75
A questão inglesa	77
A «posição do rei Carlos»	80
«Uma certa agitação»	84
O fim da «questão inglesa»	92
Uma revolução impossível	94
O 31 de Janeiro	97

Capítulo 4 — «Fazer a revolução que o povo não fez» (1891-1893)	103
«Um adversário»	103
«A revolução que toda a gente considera indispensável»	105
A via do rei	109
A ascensão de Lopo Vaz	113
«O jacobinismo moderado»	118
«Aproximar a dinastia do povo»	122
Capítulo 5 — «Uma monarquia sem monárquicos»	126
Esplendor: uma recepção no paço	127
Sinceridade: uma conversa com o rei	129
A monarquia como regime moderno	132
A monarquia liberal	138
A monarquia revolucionária	144
Os limites do poder real	150
«Um monarquismo oportunista»	163
«A pior forma de governo»	166
Capítulo 6 — O rei e os seus «amigos» (1893-1901)	170
As «influências»	171
«Acordos»	174
Os partidos	177
Os Regeneradores, ou os «amigos d'el rei»	181
O «engrandecimento do poder real»	188
A solidão de João Franco	193
Os Progressistas, ou os «filhos da revolução»	196
José Luciano de novo no governo	207
As duas alas do Progressismo	209
Uma doença e uma questão constitucional	211
Defendendo os partidos	213
O «regime presidencial»	217
Capítulo 7 — O rei-cidadão	221
«Conhecido como nenhum dos seus antecessores»	224
Os amigos do rei	228
A sociedade elegante	231
«Um proprietário alentejano, criado por ali»	234
«O príncipe sábio»	240
Capítulo 8 — D. Carlos como líder político	248
A imagem pública	249
A «intervenção» do rei	254

«Empenhos»	261
«A aliança inglesa»	265
Negociações diplomáticas	270
«Com o rei de Inglaterra na barriga»	278
O novo heroísmo militar colonial	281
«Este reino é obra de soldados»	287
Capítulo 9 — D. Carlos como chefe de família	294
Vocação da rainha	294
«Um príncipe digno»	301
«Uma desgraça»	303
Capítulo 10 — «A revolução de cima» (1901-1906)	306
Um doente?	307
Um país diferente?	309
A crise do «proteccionismo»	311
A crise do «rotativismo»	317
Para sair do rotativismo: o rei e a opinião pública	323
«O maior erro do reinado»	329
A maré republicana	335
«Uma vergonha nacional»	341
O último triunfo do rotativismo	346
«O início de uma revolução»	349
A «Segunda Regeneração»	355
Capítulo 11 — «O governo que não pode cair» (1906-1907)	359
Um governo para não durar	359
A crise do governo franquista	366
«Uma inutilidade perigosa»	370
«Todos os meios, sem excepção nem contemplações»	374
O significado político dos «adiantamentos»	377
Manobras partidárias	380
«Já não é um rei, é um jornalista»	383
Em direcção às eleições	386
D. Carlos e João Franco	390
Poder e popularidade	395
«O rei dos liberais»	402
«Com um pouco de firmeza e habilidade»	409

Capítulo 12 — «O fim da monarquia» (1908)	412
«Uma revolução ou um crime»	414
«Bulha na rua»	422
«Mataram el-rei!»	427
«Imprevidência e loucura»	439
Os regicidas	445
O segundo regicídio	454
Conclusão	463
Anexos	465
Cronologia	470
Genealogias	485
Fontes e bibliografia	491
Agradecimentos	503
Índice remissivo	505

Introdução: uma vida política

D. Carlos I (1863-1908) foi o primeiro rei de Portugal a ser vítima de um atentado desde a suposta conspiração contra D. José, em 1758, e o primeiro a morrer de morte violenta depois de D. Sebastião, em 1578. Foi também um dos mais inteligentes e capazes reis do seu tempo, quando a Europa era ainda, com exceção da França e da Suíça, um conjunto de monarquias. Ao ser aclamado rei, a 19 de Outubro de 1889, D. Carlos tinha 26 anos. Morreu antes de festejar os 45 anos, a 1 de Fevereiro de 1908. Manteve-se com ele a fatalidade dos reis constitucionais portugueses de ascenderem ao trono muito jovens e morrerem relativamente cedo. Mesmo assim, embora mais curto do que o do seu pai, D. Luís (1861-1889), o seu reinado foi tão longo como o da sua avó, D. Maria II (1834-1853). D. Carlos foi ainda o rei constitucional que ascendeu ao trono com mais idade, já casado e com filhos, e o único que havia exercido a regência do reino enquanto príncipe real (em 1883, 1887 e 1888). Tal como já acontecera a seu pai nos últimos anos, teve de viver com um movimento político entre os seus súbditos que se propunha abertamente destruir a monarquia. No entanto, nos últimos dias, julgou que estava no caminho certo para assegurar a continuidade do regime.

Em 1906, D. Carlos apostou em João Franco, um político que já tinha sido seu ministro várias vezes, para reequilibrar o sistema político e financeiro da monarquia constitucional. Imaginou certamente que podia inaugurar uma era de estabilidade e prosperidade, em que fosse possível proceder à transformação tranquila do país segundo os padrões do liberalismo, e manter Portugal integrado num mundo então definido pela livre circulação de bens, pessoas e capitais e por um frágil e tenso sistema de alianças entre as potências europeias. D. Carlos sabia que muito dependia da sua acção, como detentor daquilo que a constituição da monarquia definia como o «poder moderador». Não quis eximir-se às suas responsabilidades. Em 1907, quando a restante elite política o tentou obrigar a demitir Franco, resistiu. Era o que se esperava da sua reputação de coragem. Mas o rei não contou certamente que os seus inimigos fossem tão longe, como acabaram por ir na tarde do dia 1 de Fevereiro de 1908, quando, na companhia da rainha e dos príncipes, começou a travessia do Terreiro do Paço nu-

ma carruagem aberta, e sem escolta. Durante anos, nunca se percebeu bem o que se passou. Na Primavera de 1908, toda a Europa consumiu gravuras e desenhos, mais ou menos fantasiados, representando o rei morto na carruagem, enquanto o príncipe real, também ferido, agonizava, e a rainha defendia o filho mais novo com um ramo de flores. O caminho da reforma acabou por ser afinal o caminho da perdição.

Como disse o seu antigo ministro José Maria de Alpoim, D. Carlos viu-se até ao fim como um «grande rei constitucional». Foi sempre isso que ele desejou ser. E é por isso que hoje é tão difícil compreendê-lo. Este livro é uma tentativa de recuperar o modo como D. Carlos pensou ser rei, e o foi de facto. Assenta num esforço rigoroso, na medida em que o permite a documentação conhecida, para restituir o rei ao seu mundo, à sua linguagem e aos seus pontos de vista. Fazer a biografia de um rei coloca alguns problemas específicos de método. Não é fácil estudar um rei depois da transformação democrática a que a Europa se viu sujeita no rescaldo das duas grandes guerras do século xx. Entre 1917 e 1947, a maior parte dos estados monárquicos desapareceram na Europa. Desde então, os Europeus vivem num mundo em que a soberania está reservada a assembleias ou a chefes de Estado eleitos por sufrágio universal e sujeitos a reeleição. Algumas monarquias sobreviveram, mas não nos ajudam a compreender exactamente o que foram as monarquias do passado. Os reis de hoje são, por vezes apenas, pouco mais do que celebridades, figuras que geram mais noticiário para as colunas de sociedade e revistas cor-de-rosa do que para as páginas de análise política. D. Carlos não foi um rei desses. As suas prerrogativas constitucionais fazem lembrar o presidente da república no actual regime constitucional português, só que um presidente hereditário num Estado ainda sem sufrágio universal e onde as eleições não eram a principal origem do mandato dos governos. D. Carlos foi um rei que escolheu governos. Não governou directamente, mas coube-lhe a ele conceder aos políticos meios para governar. É por isso que a morte de D. Carlos feriu a monarquia. A monarquia dependia do rei. E aqui, é curiosamente a ideologia monárquica, ao afirmar a continuidade da figura do rei, que não nos ajuda a compreender o que se passou. Como o rei nunca «morre», não deveria ter havido solução de continuidade entre D. Carlos e o seu filho D. Manuel. A monarquia continuou a ter um rei, mas não a experiência e a prudência de D. Carlos, as suas relações, a sua influência, a sua autoridade, o seu instinto.

Esta não é, portanto, a biografia de um indivíduo chamado Carlos de Bragança Saxe-Coburgo-Gotha, que por acaso foi rei de Portugal. É a biografia de um rei. D. Carlos nasceu príncipe real e foi educado para suceder ao seu pai, D. Luís. Seria errado tentar dissociar o «homem» do monarca. A monarquia não era uma carreira para D. Carlos, como a política é hoje uma opção profissional para alguns: a monarquia, para D. Carlos, era a sua existência. Os reis não eram reis das nove às cinco. A corte, onde estavam sujeitos a um protocolo exigente, não lhes permitia separarem-se facilmente da sua vida pública. Para a sua mulher e para os seus filhos, D. Carlos era rei e

não apenas marido e pai. Por isso, a sua vida é, fundamentalmente, uma vida política. Neste livro, não vou tentar fazer uma aproximação intimista ao indivíduo, mas uma análise política do rei. Não procurarei descrever a corrente da sua consciência, mas analisar as suas decisões em contexto. Este é um livro de história, não é um romance, nem um ensaio especulativo. Só poderemos ir até onde nos levarem os documentos.

A interpretação de D. Carlos apresentada neste livro assenta numa reflexão sobre a cultura política do liberalismo português, e mais especialmente sobre o lugar e o papel do rei nessa cultura. É extremamente difícil para um leitor comum e mesmo para um historiador livrar-se dos seus preconceitos e pontos de vista para compreender outra situação ao nível a que deve ser compreendida, em função de padrões de valor e de horizontes históricos que não são os nossos. Estudar o passado é como aprender uma língua estrangeira: temos de tentar pensar de uma maneira diferente, de ver o mundo através de *nuances* e de subtilezas que não são as nossas. Foi isso que tentei neste livro, para reencontrar D. Carlos no seu tempo, entre aqueles com quem viveu.

De acordo com os critérios desta edição, só se indicaram, em nota de rodapé, as fontes de citações e de dados estatísticos. Pela mesma razão, a bibliografia final inclui apenas a documentação e os livros citados, e não todas as fontes utilizadas ou existentes.